

PODER ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

“No estado atual da sociedade, o que é o livre-câmbio? É a liberdade do capital. Quando vocês fizerem desaparecer os poucos entraves nacionais que ainda obstaculizam a marcha do capital, apenas lhe terão concedido [...] liberdade de ação. [...] Senhores: não se deixem enganar pela abstrata palavra liberdade. Liberdade de quem? Não é a liberdade de cada indivíduo em relação ao outro indivíduo. É a liberdade do capital [...]”. (Marx, 1985, p. 195-196)

Resumo

Muitas vezes o Brasil é confundido com países como a China por seu potencial de crescimento. Apesar de presente no grupo de “países emergentes” após a industrialização dos anos 50 e 70, seu processo histórico foi muito diferente. A estrutura de poder criada no processo de industrialização brasileira, fortalecida no governo militar e pela crise inflacionária dos anos 80 é determinante. O parque industrial brasileiro tornou-se dominado pelo capital transnacional, produzindo para uma elite, com o capital produtivo nacional funcionando como fornecedor “satélite”; o sistema bancário privado nacional estruturou-se sob a égide do rentismo. O neoliberalismo dos anos 90 é resultado desta estrutura de poder que determina a inserção subordinada do Brasil no processo de acumulação mundial e impede políticas para modificar essa situação. É muito diferente da China.

Palavras-chave: Poder econômico; desenvolvimento; neoliberalismo no Brasil.

Classificação JEL: O1; O2; O5; P5; E6; N4.

Abstract

Brazil is often confused with countries like China for their potential growth. Although in the group of “emerging countries” after the

RUBENS R. SAWAYA

Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia Política da FEA-PUCSP.

industrialization of the 50s and 70s, its historical process was very different. The power structure created in the Brazilian industrialization process, strengthened by the military government and after the inflationary crisis of the 80s, is crucial. The Brazilian industry became dominated by transnational capital producing for the social elite with the national productive capital functioning as “satellite” provider; the domestic private banking system was structured under the aegis of renting. Neoliberalism of the 1990s is a result of this power structure that determines the subordinate position of Brazil in the global accumulation process and prevents policies to change this situation. It is very different from China.

Keywords: Economic power; development; neoliberalism in Brazil.

I. Introdução

Ao aparecer ao lado de países como a China, potência econômica que surge a partir da constituição de uma estrutura industrial forte e internacionalmente competitiva, o Brasil também toma a aparência de potência industrial. Com o seu processo de cooptação do grande capital transnacional colocando-o sob seu controle, a China, contraditoriamente, consegue desestruturar a economia dos países da Tríplice (EUA, Europa e

Japão), ao passar de exportadora de “bugigangas” para produtos de média e alta tecnologia, máquinas e equipamentos. Utiliza, em parte, as grandes empresas transnacionais que se instalaram no país em sistema de *joint venture* com empresas chinesas, em grande parte estatais.

Quanto ao Brasil – até os anos 1990, 60% de sua pauta de exportações era composta por produtos industrializados – insere-se hoje na economia mundial como primário-exportador de *commodities* com baixo valor agregado, justamente para a China. Soja em grãos e minério de ferro são os principais produtos de exportação e 50% para a China. A participação de manufaturados no total de exportações brasileiras para o mundo hoje é 38%, com foco para a Argentina.

Depois dos processos de industrialização nas décadas de 1950 e 1970 que afastaram o Brasil da dependência estrutural sobre as exportações de *commodities* (café e açúcar),¹ o país volta à condição de primário-exportador. A diferença é sua nova dependência dinâmica da economia chinesa. Se a China subverte e põe em xeque a hegemonia dos países que compõem a Tríplice, o Brasil parece apenas modificar a quem subordina sua dinâmica. De outro lado, a China passou a ser o maior vendedor de máquinas e equipamentos para o Brasil. Como o Brasil chegou a essa situação?

O artigo busca demonstrar que essa situação foi determinada pela estratégia histórica do Brasil de subordinação ao movimento do grande capital global, realizada de forma consentida por suas elites de poder que se enraizaram na estrutura econômica nacional.

2. Constituição do Brasil industrializado

A nova dependência tem sua origem na forma como seu deu o processo de industrialização brasileiro nas décadas de 1950 e 1970 – completamente diferente do chinês, ao deixar excessivo poder de comando e controle de sua estrutura produtiva nas mãos do grande capital transnacional, principalmente nos setores de média e alta tecnologia.

A estratégia² constituiu-se a partir da instrumentalização do próprio Estado como planejador do chamando “tripé de acumulação”: o Estado nacional integra o projeto de industrialização como responsável por investimentos em setores básicos, infraestrutura e crédito de longo prazo; o capital produtivo internacional torna-se responsável pelos investimentos nos setores de média e alta tecnologia (bens de consumo duráveis); e o capital produtivo nacional participa dos investimentos nos setores da indústria tradicional (bens de consumo não duráveis, onde já estava) e, de forma subordinada, integra o “tripé” como fornecedor de partes peças e componentes – o formato do *spillover* interno de tecnologia – para

o grande capital transnacional. “O Estado e a grande empresa oligopolista mundial comandaram inequivocamente o processo de industrialização pesada [1956-60]”. (Cardoso de Melo, 1982, p. 119) Este processo é a base estruturante do que denominei “Subordinação consentida”, título do meu livro. (Sawaya, 2006)

Como resultado, o investimento direto estrangeiro – IDE cresceu 3,5 vezes entre 1955 e 1957, sendo em grande parte investimento produtivo “sob a forma de equipamentos”. (Orenstein & Sochaczewski, 1990, p. 173) Entre 1951 e 1960, pouco mais de 42% desse investimento era proveniente dos Estados Unidos, 11,4% da Alemanha e 14% da Suíça. Enquanto em 1953 predominavam os setores têxtil e alimentos no valor bruto agregado pela indústria (35%), a situação que se modifica em 1963 com esse percentual caindo para 25% em razão do crescimento da participação do setor de equipamentos de transporte que passa de 2% em 1953 para 10,5% de participação no valor bruto agregado em 1963, setor dominado por empresas transnacionais. Merecem ainda destaque os segmentos de material elétrico, também com forte participação transnacional, que passa de 3% para 6% entre 1953-63, bem como produtos químicos, farmacêuticos, borracha etc. que passam de 11% para 15,5% em participação no valor bruto agregado. (Baer, 2002, p. 87) Isso demonstra a enorme transformação da estrutura industrial brasileira e o papel do IDE nesse processo, resultado do “Plano de Metas” (1956-60).

A modificação estrutural resultou na concentração de enorme poder econômico e político nas mãos do grande capital oligopolizado internacional que aqui instalou suas plantas produtivas. Estabeleceram-se novas relações de dependência, agora tecnológica, que se tornará estrutural – todas as ondas de modernização da indústria terão sempre impacto sobre a importação de máquinas, equipamentos e tecnologia, implicando endividamento externo. Isso “[...] acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente associado [...]”. (Ianni, 1986, p. 159)

O poder político passa a estruturar-se na aliança produtiva do capital nacional subordinado ao transnacional intermediada pelo Estado. O poder desse bloco de capital materializa-se e se fortalece na ditadura militar (1964-85) ao destruir a capacidade das classes trabalhadoras de reivindicar sua participação na renda, impedir a reforma agrária, dentre outros aspectos. Ao mesmo tempo, esse poder político ganha um novo aliado com a reforma bancária de 1966: “A conglomeração bancária [...] permitiu a concentração do capital financeiro nacional [...] constituindo uma nova parcela do bloco dominante”. (Tavares & Assis, 1985, p. 39) O sistema bancário e financeiro privado nacional se vincula tanto ao grande capital transnacional, ao funcionar como intermediário de empréstimos externos, como à classe média alta, ao fornecer-lhe crédito aos bens duráveis de consumo produzidos pelas empresas transnacionais (ETs) aqui instaladas.

Consolida-se a estrutura política de poder pela mais perversa concentração de renda do mundo.³ Assim, estruturou-se a aliança de poder no Brasil: grandes ETs, capital privado nacional a ela subordinado, bancos privados nacionais e a classe média alta que se fortalecia. Mais, tudo isso organizado pelo Estado Nacional, ainda possuidor de um papel central na estrutura econômica (via estatais e crédito de longo prazo), agora sob a forma de ditadura militar.

Essa estrutura de poder interna tem um forte vínculo internacional.⁴ Já na década de 1950 consolidava-se nos EUA a visão de que o desenvolvimento na América Latina passava pela criação de uma

[...] elite militar, empresarial e até sindical que estabelecesse um regime político forte. [...] O golpe de Estado em 1964 no Brasil foi o momento fundador desse novo modelo. [...] dava origem a uma modernização fundada na aliança e integração [da] burguesia ao capital transnacional, consagrando um tipo de desenvolvimento industrial dependente, subordinado às modalidades de expansão e de organização do capitalismo internacional, que submeteria os centros de acumulação locais à lógica de expansão do centro hegemônico mundial. A partir de então, por meio de golpes militares sucessivos [na América Latina], submeteram-se as burguesias locais à condição de sócios menores do capital internacional, o que as levou a abandonar suas perspectivas de independência nacional e pretensões de desenvolvimento tecnológico próprio.⁵ (Dos Santos, 2000: p. 95)

O programa do governo militar que resultou no chamado “milagre econômico” (1966-72) fez com que os níveis de investimento direto estrangeiro triplicassem durante o período. Os Estados Unidos mantiveram sua posição histórica como maior investidor com participação de 38% no período 1961-70 e 36% no período 1971-79. Mas a Europa elevou sua participação: enquanto, entre 1951-60, os países europeus eram responsáveis por 31% dos IDE no Brasil, entre 1961-70, essa participação passa a quase 50% do total, sob a liderança da Alemanha Ocidental e Suíça que somam 23%. Está aí também a origem do endividamento externo brasileiro que levaria à crise do Balanço de Pagamentos nos anos 80. Em 1966, as empresas estrangeiras foram responsáveis por 44% do volume de recursos tomados no exterior, lado a lado com as empresas estatais que tomaram 46% dos recursos. As empresas de capital privado nacional tomaram apenas 6,5% do total de recursos. (Abreu, 1992, p. 223) Ao final do ciclo, as empresas estrangeiras ainda serão as grandes captadoras de recursos externos. Em 1972, 64% das captações privadas no exterior foram feitas por empresas multinacionais. (Cruz, 1983, p. 78)

O neoliberalismo – nascido como ideologia dominante nos anos 1980 na crise do Balanço de Pagamentos e inflacionária⁶ – invadiu a estrutura política no Brasil na década de 1990. Tem sua estrutura no “bloco de poder” constituído, contraditoriamente, na estratégia anterior de desenvolvimento implantada no processo histórico

acima descrito que se consolida como “desenvolvimento combinado associado”⁷ ao grande capital transnacional. Aproveitou o sucateamento do Estado e da estrutura produtiva estatal nos anos 1980 – amplamente utilizado para o combate inflacionário via congelamento de tarifas⁸ e como tomador de recursos financeiros externos para compensar o déficit no balanço de pagamentos (principalmente no IIPND).

A crise inflacionária dos anos 1980 fortalece ainda um dos mais importantes atores na defesa das políticas neoliberais: o sistema bancário e financeiro nacional. O endividamento externo e a estratégia ortodoxa de combate à inflação via política de emissão de títulos públicos como forma de enxugar a liquidez e elevar as taxas de juros⁹ internas cria no Brasil uma estrutura bancária e financeira que tem sua rentabilidade não fundada no crédito, mas no título público e em suas elevadíssimas taxas de juros. “Nessa dinâmica [...] o setor empresarial não financeiro passou a acumular liquidamente direitos contra o Estado”.¹⁰ (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 134) “Exerciam assim [...] um enorme poder de dissuasão sobre a política monetária e de juros [...]”.¹¹ (*ibidem*) O fortalecimento dessa classe por esse processo a torna, junto com outros detentores de riqueza líquida, extremamente poderosa na definição das taxas de juros e da política de administração das taxas de juros.

A estratégia neoliberal acompanha a tendência mundial, tanto no que se refere ao aparato ideológico que estrutura o pensamento econômico ortodoxo (novo-clássico e novo-keynesiano) que lhe dará suporte, como em seu alinhamento ao “Consenso de Washington” que unifica o “discurso” do grande capital no mundo, atuando quase como classe capitalista global. (Carroll, 2010) Acompanha os interesses dos poderes constituídos no interior da estrutura produtiva e financeira da economia brasileira formada por grandes ETs, com as empresas nacionais “satélites”, o setor financeiro privado e a classe média alta que se beneficia do poder de consumo de bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.). É sempre bom lembrar que, como apontou Kaplan (citando Gramsci), “o liberalismo é também uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva. É um ato de vontade consciente dos próprios fins e não expressão espontânea, automática do fato econômico”. (Gramsci *apud* Kaplan, 1974, p. 29)

O poder neoliberal consolida-se pela desestruturação do Estado Nacional no que ainda lhe restava de desenvolvimentista e “nacional” via eliminação de seus quadros técnicos, substituindo-os por uma tecnocracia burocrática, liderados por economistas e engenheiros econômicos com seus PhD nos EUA,¹² atuando em uníssono com os interesses do grande capital transnacional agora estruturado no “Consenso de Washington”

e seus aliados nacionais no bloco de poder, o setor financeiro privado nacional agora muito mais forte.

Não é coincidência que os planos de estabilização na América Latina fundados na dolarização (mesmo que disfarçada como no Brasil), liberalização comercial e financeira, privatização e desregulamentação ocorreram – assim como as ditaduras militares haviam ocorrido nos anos 1960-70 – sob as mesmas bases e em diversos países (todos assolados por elevada dívida externa e inflações explosivas), quase ao mesmo tempo. Se não é coincidência demonstra o grau de organicidade internacional fundada nos projetos de desenvolvimento que criaram estruturas de poder similares nos diversos países. Nos anos 90 esse poder se constitui como o neoliberalismo.

3. Neoliberalismo no Brasil

A adoção do neoliberalismo no Brasil nos anos 90 teve uma dupla determinação. De um lado foi resultado de uma ação de governo deliberada, transformada em prática por políticas que deram total liberdade ao movimento dos capitais produtivos e financeiros internacionais, costurada com amplo apoio do bloco de poder interno constituído. De outro, foi o resultado da “ideologia da globalização” internacional, materializada em recomendações políticas que garantiam os interesses do capital mundial produtivo e financeiro. De um lado, é uma imposição do processo

de acumulação mundial; de outro, constitui-se como uma estratégia deliberada das elites nacionais, forjada ao longo da crise inflacionária e de endividamento externo, bem como sobre o sucateamento do Estado e de seu aparato produtivo nos anos 80. A estratégia liberalizante, em sintonia ao desejo do capital global, foi assumida pelas elites nacionais que dominaram o aparato de Estado.¹³ O período marca a subordinação do Brasil ao movimento do capital agora em uma fase que solicitava liberdade de movimento para sua reestruturação produtiva global marcada pela centralização global de capital. (UNCTAD, 2000)

Submeter-se ao movimento do capital global foi uma política deliberada nos anos 90, como, de certa forma, haviam sido as estratégias de industrialização associadas do “Plano de Metas” (1956-60) e “Milagre econômico” (1966-73). Os contextos diferem. Antes, a estratégia podia ser chamada “desenvolvimentista associada” e envolvia política de Estado, agora totalmente desmantelado; nos ciclos de crescimento anteriores, o processo de acumulação mundial de capital integrava a periferia pela transferência de plantas produtivas via IDE. Nos anos 90, o movimento do capital no mundo caracteriza-se pela reordenação produtiva baseada em fusões e aquisições, (ibidem) um processo de centralização mundial de capital no qual os capitais mais fortes tanto enxugam sua estrutura produtiva pela centralização de plantas espalhadas pelo mundo em

uma só, bem como eliminam os capitais mais fracos. Nos anos 90 o IDE está concentrado em “[...] fusões e aquisições transfronteiriças [que] são hoje o principal instrumento de penetração em novos mercados e de consolidação do *market share* global das empresas transnacionais”. (IEDI, 2000: p. 8)

O novo projeto passava pelo desmantelamento do Estado desenvolvimentista, bem como e contraditoriamente, de parte do próprio capital privado nacional – sócio menor do capital transnacional na cadeia de valor – que perdeu seu espaço para importações ou vendeu suas empresas ao capital transnacional, passando a compor a elite rentista. Assim, a estrutura produtiva tornou-se mais controlada pelo capital transnacional que tem sua estratégia global definida no exterior. Nesses termos é que a dependência da economia brasileira é reposta, sujeita ou subsumida ao movimento mundial do capital, com muito mais poder internamente. “Na prática os neoliberais promoveram a transnacionalização radical da estrutura produtiva e dos centros de decisão da economia brasileira, estratégia político-econômica que fragilizou radicalmente o Estado e a economia brasileira [...]”. (Fiori, 2001, p. 285)

Como apontou Stiglitz (2002, p. 43), o “Consenso de Washington” foi um “um consenso entre o FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos em relação às políticas

‘certas’ para os países em desenvolvimento [...]”, portanto, um consenso da classe capitalista mundial. Destaca-se pela defesa das políticas neoliberais: a liberdade de fluxo comercial com a diminuição ou extinção de barreiras alfandegárias, tarifárias e das políticas de manipulação das taxas de câmbio; liberdade para entrada e saída de fluxos financeiros; privatização das empresas estatais e mudança do papel do Estado de “desenvolvimentista”, tradicionalmente com papel ativo – seja pela definição de estratégias, seja como investidor direto –, para um Estado regulador, como agente responsável apenas em criar e manter o “ambiente institucional” necessário para atração do IDE.

Modificava o papel das políticas econômicas fiscal, monetária e cambial. A função destas não deve ser mais o desenvolvimento e o emprego, mas a manutenção da estabilidade macroeconômica para o investidor privado internacional. A taxa de câmbio deve ser estável para garantir que os recursos aportados ao país não percam valor ao sair, base para a liberdade dos fluxos financeiros e de mercadorias. A política fiscal deve ser neutra e manter o equilíbrio de forma a deixar tanto a poupança privada disponível para os empresários investidores, como para não interferir nos mercados reais distorcendo “preços de equilíbrio” em sua função alocativa. A política monetária deve ser neutra, garantida por um Banco Central de preferência independente focado no controle inflacionário via taxas

de juros. Qualquer movimento que interferisse nas “expectativas racionais” dos agentes deveria ser banido. A ortodoxia teórica estava completa. Garantida a estabilidade macroeconômica, imaginava-se que os “agentes econômicos” dispersos no mercado livre de ofertas e demandas bem comportadas garantiriam a melhor alocação dos recursos produtivos e o crescimento equilibrado e equitativo.

O argumento por trás dessa lógica era de que a crise dos anos 80 seria o resultado das distorções criadas pela interferência do “Estado desenvolvimentista” nos mercados impedindo seu ajuste perfeito. (Franco, 1998) Dentro desta ótica, deixar os mercados livres, acreditando em seu autoajuste, seria a condição primeira e fundamental para que ocorresse o crescimento econômico. Neste cenário, tanto o investidor nacional como transnacional realizaria seu investimento com “máxima eficiência alocativa” e colocaria a economia brasileira na rota de crescimento.

Ora, no processo de acumulação capitalista, deixar o mercado livre não é deixar a dinâmica econômica em mãos de “agentes”¹⁴ imaginados como “famílias” formadas por inúmeros produtores e consumidores que, individualmente, decidiriam a melhor “alocação dos recursos escassos”. Ao contrário, é deixar a acumulação nas mãos do grande capital transnacional que atua em simbiose com seus Estados de origem, Estados estes que abandonaram seu papel de

Estado-Nação – função tradicional ligada a um povo e uma região – para atuar exclusivamente como representantes políticos no mundo do interesse do grande capital – uma espécie de “Estado-Holding” como imaginava Porter (1989). Na verdade, submeter-se às regras do mercado significa subordinar-se à acumulação global de capital. O mercado é constituído de um punhado de grandes ETs amparadas no poder político de seus Estados de origem.

Essa estratégia é claramente defendida por Gustavo Franco (1998) que compôs a equipe da nova burocracia e esteve à frente do Banco Central. Justifica a adesão ao liberalismo ao afirmar ser “[...] o processo de abertura, através de seus efeitos sobre o dinamismo tecnológico do país, que definirá os contornos básicos do novo ciclo de crescimento [...] uma inserção positiva do país no processo de internacionalização da produção como determinante básico do crescimento acelerado da produtividade, portanto, [...] que consiga reduzir as desigualdades sociais sem impactos inflacionários”. (*ibidem*, p. 122)

A lógica de adesão às políticas liberalizantes como forma de promoção do desenvolvimento estaria na “inserção [...] do país no processo de internacionalização”. A forma nos anos 90 foi a criação do cenário, segundo o próprio “Consenso de Washington”, para atrair o capital transnacional, acreditando em uma nova onda de “internacionalização da produção” realizada por empresas transnacionais. (*ibidem*, p. 123)

As políticas neoliberais bastariam para atrair as ETs que investiriam no país promovendo o processo natural de “convergência” de Solow.¹⁵ E, como o “peso [das transnacionais] no Brasil é enorme”, elas seriam os verdadeiros agentes do desenvolvimento no futuro. “As restrições às importações [...] juntamente com a instabilidade macroeconômica [...] [são as causas da] extraordinária perda de importância do Brasil como receptor de investimento direto estrangeiro” que só entra no Brasil após as políticas dos anos 90, arremata Franco (*ibidem*, p. 124-125) – revelando um completo desconhecimento da história.

Assim, o Estado tradicional desenvolvimentista que outrora construiu o aparato institucional que de fato ajudou a colocar o capital transnacional no comando da estrutura produtiva interna “[...] passa a ser visto quase que como um obstáculo ao progresso” (Cardoso, 1995, p. 152), como aponta Fernando Henrique Cardoso, Presidente do Brasil à época – também citado em Franco (1998, p. 143). Imaginava que “O investimento ocorre porque o setor privado confia na sustentabilidade de um quadro macroeconômico básico. Não é mais consequência de um ‘projeto nacional’ composto por megainvestimentos, urdidos em gabinetes. O Estado não é mais o agente primordial do processo [...]”. (*ibidem*) A ideia se completa com a afirmação: “Não é só a ideologia neoliberal que ganha uma hegemonia temporária. Mais do que isso, é a própria falência material do Estado tanto em países ricos

quanto pobres que leva a um esforço de reforma que não pode ser modelado ideologicamente” (Cardoso, 1995, p. 152) – qual surpresa viria a causar a estratégia chinesa.

Está explícita a ideia de que a saída para o subdesenvolvimento seria a adesão total ao movimento do capital: o neoliberalismo. Assim Cardoso aponta o caminho:

as reformas são bem conhecidas, estabilização econômica num quadro de equilíbrio das contas públicas, a privatização e a liberalização comercial, a criação de infraestrutura adequada e de um sistema financeiro ágil e moderno, a disponibilidade de qualidade gerencial, a recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular educação e saúde. (*ibidem*, p. 155)

Não é preciso mostrar as semelhanças ao Consenso de Washington. “Em poucas palavras, embora contradições existam, Fernando Henrique Cardoso e seu PSDB não são ‘estranhos no ninho’ das grandes corporações”. (Oliveira, 1998, p. 177) A estratégia neoliberal coloca a economia brasileira definitivamente nos braços do capital global, estabelecendo uma nova relação de dependência que define a posição estrutural do Brasil no cenário mundial como “sócio menor do capitalismo ocidental [...] obedecendo apenas ao interesse de maior liberdade de movimento do capital e dos desdobramentos geoeconômicos e políticos de sua continuada internacionalização”. (Fiori, 1995, p. 237) Isso não tem qualquer

relação com a estratégia chinesa, como se verá adiante.

A despeito do impacto das políticas econômicas adotadas sobre a estrutura produtiva nacional que será comentado adiante, estas têm um efeito devastador sobre a dívida interna e externa da economia brasileira, em benefício dos rentistas. A conjunção da liberalização comercial com taxa de câmbio estável e valorizada – cujo objetivo era a estabilização inflacionária com “choque de competitividade” – leva de imediato a uma perda de espaço da indústria aqui instalada¹⁶ e cria enormes déficits comerciais¹⁷ que precisavam ser cobertos com atração de moeda forte via Conta Capital. Para isso, elevou-se a taxa de juros interna¹⁸ – que, com taxa de câmbio estável valorizada, inflação baixa e estável, torna-se o negócio mais lucrativo para os capitais especulativos estrangeiros – com impacto imediato sobre a dívida pública (onde esses capitais são aplicados) e sobre a dívida externa (pela elevação da entrada de recursos externos). O sistema financeiro e bancário, bem como a classe rentista garantem sua posição pelos juros ganhos sobre a crescente dívida interna. A dívida externa bruta que passa de US\$ 96,5 bilhões em 1990 para algo em torno dos US\$ 220 bilhões em 2001, enquanto a dívida interna passa de 28% do PIB em 1995 para quase 60% em no início dos anos 2000,¹⁹ em um período em que, à exceção de pequeno déficit em 1997, houve superávit primário operacional.

A dívida externa cresce ainda como resultado da elevação da participação do capital estrangeiro na economia brasileira, entrando principalmente via fusões e aquisições,²⁰ em grande parte comprando empresas estatais. No caso das empresas produtivas, no bojo das relações comerciais entre matriz e filial, crescem as importações de matérias-primas e bens finais.²¹ As ETs passam também a ser os mais importantes tomadores de recursos externos diante da liberalização financeira. Segundo o IEDI (2000), “[...] a empresa estrangeira passou a responder por 61% do déficit brasileiro em Transações Correntes no ano 2000 (31,8% em 1995) e por 66,9% do aumento da dívida externa do país entre 1995 e 2000”.

O enfraquecimento do capital privado nacional ocorre pela contradição das medidas propostas que conjugavam liberalização com elevadas taxas de juros e câmbio valorizado. Por um lado, o projeto liberalizante abria a economia brasileira às importações.²² Desejava-se promover um “choque de competitividade” (conforme apontado por Franco), obrigando a empresa nacional a se modernizar rapidamente. De outro lado, as taxas de juros elevadas impossibilitavam a realização de investimentos. Mais do que isso, a política de liberalização, ao permitir ao capital transnacional importar livremente, imputava dificuldades adicionais às empresas nacionais satélites desse grande capital uma vez expostas à estratégia de escolha do fornecedor mundial definida pelas ETs. Com taxas de câmbio valorizadas,

as importações ocuparam os espaços, mesmo na cadeia de valor do capital privado nacional. Grande parte das empresas nacionais não consegue subsistir. Na melhor das hipóteses foram adquiridas por empresas multinacionais e, na pior, simplesmente deixaram de existir, vendo seus produtos serem substituídos por importados. Os empresários ou se tornaram rentistas, ou importadores. Se algum dia houve um *spillover* de desenvolvimento a partir do investimento transnacional, nesse momento o movimento reverteu-se em grande parte.

O resultado da estratégia neoliberal aparece nas próprias palavras de envolvidos à época no processo, como as de José Roberto Mendonça de Barros, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Lídia Goldenstein, Assessora da Presidência do BNDES. Eles afirmavam que

a interligação deste conjunto de processos vem provocando o que [...] chamamos de 3ª onda de investimentos internacionais e a ruptura do tripé (empresa familiar nacional, empresa estrangeira e empresa estatal) que, desde os anos 50 até início do anos 90, havia sido a base do capitalismo brasileiro. A empresa estatal está sendo privatizada, a tradicional empresa nacional/familiar é obrigada a modernizar-se, sob pena de sucumbir à violência das transformações e a empresa internacional vem mudando sua tradicional forma de inserção no país [...] passando a dirigir seus investimentos para os mais diferentes segmentos da economia.²³ (Barros & Goldenstein, 1997, p. 28)

Ao fim, o capital transnacional acaba ocupando os espaços deixados tanto pela saída do Estado via privatização, bem como aqueles abertos pela falência do capital nacional. Os próprios autores atestaram que “a política monetária restritiva, intrínseca a qualquer plano de estabilização, acabou tornando o ajuste das empresas nacionais difícil”. (*ibidem*)

Ao final, a economia brasileira tornou-se muito mais vulnerável e subordinada ao movimento do capital transnacional, enfraquecida em seu poder de atuação pelo Estado dada a sua desestruturação e “desnacionalização da maioria dos setores. Enquanto a participação [no faturamento] das empresas de capital estrangeiro entre as quinhentas maiores empresas em operação no país representou uma média de 30%, ao longo da década de 1980, essa participação foi crescente até meados de 1990, atingindo 45,8% em 2001”. (Lacerda, 2004, p. 83) A maior perda de participação é das empresas estatais, que caiu de uma média de 33% para 20%. (*ibidem*, p. 84) O estoque de capital social integralizado por não-residentes, segundo Lacerda, passou de US\$ 41,7 bilhões em 1995 para US\$ 103 bilhões em 2000. Segundo ainda Reinaldo Gonçalves (2003), estima-se que mais da metade da produção ou dos ativos brasileiros estão em mãos de ETs que controlam 40% da indústria e 30% do agronegócio. No lado comercial, o autor estima que 2/3 da oferta de produtos da indústria eletroeletrônica é proveniente de importações. (*ibidem*) No setor

de autopeças, em 1994 predominavam empresas nacionais com 52,4% do faturamento total do segmento; essa participação cai para apenas 27% em 2000, contra elevação para 73% das empresas estrangeiras.

O resultado foi o contrário do almejado pelos mentores da política neoliberal bem como esperado pela teoria econômica da “convergência”. Se de um lado o crescimento econômico foi baixo, de outro fomentou o crescimento do controle do capital transnacional sobre a estrutura produtiva brasileira – estende-se também sobre o agronegócio. O que, na verdade, ocorreu foi a perda de participação da indústria no PIB, bem como uma enorme perda de participação da indústria nas exportações.²⁴ A desindustrialização relativa ocorrida ao longo dos anos 90 também se tornou visível. Conforme Belluzzo, “a década de 90 caracteriza-se por uma desindustrialização, entendida como redução no valor agregado interno sobre o valor bruto da produção e como liquidação de postos de trabalho (mais de 1,5 milhão durante a década) na indústria manufatureira” e na “perda de posição no ranking do valor agregado manufatureiro cuja participação do Brasil caiu de 2,9 para 2,7”. (Belluzzo, 2003) Comparando-se com o ocorrido nos países desenvolvidos, percebe-se que enquanto no Brasil a participação do setor manufatureiro no PIB caiu 10 pontos percentuais entre 1980 e 1999 (de 33% do PIB para 23%), e continuou caindo até o final da década de 2000,²⁵ nos EUA, essa queda foi de

apenas 4 pontos (de 22% para 18%) e nos países renda média alta, de apenas 3 pontos (de 24% para 21%) – o efeito China sobre a indústria dos EUA, ainda não tinha impacto importante. Isto marca uma mudança estrutural na indústria brasileira que não se recuperaria nem com o crescimento dos anos 2000 – que não ocorreu sobre a indústria, como se verá. Esse é um processo que ocorre em toda América Latina que aplicou o mesmo modelo. Nos anos 90, a maioria dos países latino-americanos teve uma queda significativa na participação do setor manufatureiro no PIB. (UNCTAD, 2003, p. 95-96)

As políticas neoliberais também sustentaram e elevaram o poder do sistema financeiro privado nacional, dos rentistas. Os grandes bancos privados nacionais já haviam estruturado seu poder sobre a riqueza nacional desde a crise inflacionária dos anos 80, quando se tornaram os responsáveis pela administração da quase-moeda pública, títulos públicos que ocuparam o espaço da moeda de curso legal. Apesar da tentativa de se desmantelar o que se denominava “ciranda financeira”²⁶ rentista sobre o Estado em 1991, as políticas de estabilização e liberalização dos anos 90, ao definir taxas de juros astronômicas e provocar o enorme crescimento da dívida imobiliária interna, como apontado, reforçou em muito o poder das instituições financeiras em sua apropriação, via juros, sobre a renda nacional, que atingiu 7% do PIB (pagamento de juros ao ano) no início da década de 2000. Agora

esses bancos ainda agregavam como aliados os novos rentistas, antigos empresários produtivos e empresas não financeiras que engordavam seu caixa com lucros financeiros. Este se constituiria como o maior poder, dentro do bloco hegemônico, ao lado do capital transnacional. A privatização dos Bancos Estaduais fortaleceu esse poder. Cinco grandes bancos privados dominam o sistema e, constantemente, pressionam para aumentos nas taxas de juros e pelo desmantelamento do sistema financeiro público que ainda subsiste como eixo central do crédito de longo prazo para investimentos.

Também se fortalece no bojo das políticas neoliberais o setor do agronegócio. Sua importância cresce como resultado da elevada demanda chinesa por minério de ferro e soja na década de 2000, bem como com a explosão dos preços das *commodities* nos mercados especulativos. Exemplo disso é o comércio da soja e derivados. Apenas quatro grandes empresas multinacionais (Cargill, ADM, Bunge e Dreyfus) compram 60% da soja brasileira, além de controlarem completamente o mercado exportador.

O que se deseja destacar dessa análise é como o bloco de poder já estruturalmente dominante desde a década de 80 se fortalece enormemente no bojo das políticas neoliberais, enquanto o Estado nacional, no que tange ao seu papel de fomento ao crescimento econômico, se enfraquece. É essa estrutura política de poder que foi hegemônica na década de 90 e seu fortalecimento

que impede ou dificulta as tentativas de transformação que ocorreram na década de 2000.

4. Brasil e China – mais diferenças do que semelhanças

Apesar de *Brasil e China* aparecerem como dentro do bloco new industrialized countries, há mais diferenças do que igualdade em seus processos de inserção no capitalismo mundial. A China realizou uma aliança não subordinada com o capital transnacional, construída no bojo das políticas neoliberais realizadas no centro do sistema nos anos 1990 (Europa e EUA). A estratégia envolveu não apenas a internalização em seu território e sob seu controle (via *joint ventures*) de plantas produtivas dos EUA e Europa, mas ampla aliança com seus vizinhos asiáticos, com destaque para os “tigres” e para o Japão. Não atraiu, como o Brasil, esse grande capital de forma submissa, dando-lhe todo o controle sobre a estrutura produtiva de média e alta tecnologia. Ao contrário, exerceu forte controle estatal sobre esse grande capital transnacional garantindo a transferência de tecnologia pela obrigação de a empresa entrar na China com 50% de controle e administração por chineses, muitas vezes ligados diretamente ao Estado (e partido).

Essa costura de alianças aproveitou o próprio movimento do capital mundial livre, com excesso de liquidez (mais-valia acumulada) e em busca de novos espaços para investimentos.

Assim, a China insere-se no capitalismo mundial em um diferente momento histórico, na fase de neoliberalismo global, beneficiando-se da liberdade que foi dada ao capital transnacional nos países centrais. Com isso, com o próprio capital transnacional do centro colocado sob seu controle, cria-se uma contradição entre os interesses desse capital e seu país de origem, por isso se ameaça a lógica hegemônica. Quanto ao Brasil, subordinou-se à lógica hegemônica ao dar total poder ao capital transnacional que aqui se instalou. De forma totalmente inesperada, a China cooptou o capital transnacional ao seu interesse estratégico.²⁷ Toma a aparência de um processo de adesão aos mercados com base no “Consenso de Washington”, mas está muito longe disso.

A China não optou pela construção de uma estrutura industrial totalmente centrada no capital nacional para competir com o centro hegemônico, como havia feito o Japão,²⁸ apesar de contar com um forte contingente de empresas estatais que têm uma importância crucial nesse jogo. Optou por trazer o capital transnacional para dentro de seu território, mas sob estrito controle do Estado chinês²⁹ e sob estratégias severas de uma economia centralmente planejada, aproveitando-se do processo de reestruturação que o capital passava no mundo.

Parece ser uma estratégia que envolve o capital transnacional dos países do centro de uma forma inovadora – e talvez até maquiavélica

– muito diferente da América Latina que optou simplesmente por “aplainar o terreno” e dar total liberdade às empresas globais nos anos 90. A China envolveu de tal forma as ETs em sua estratégia ao ponto de diminuir o poder dos países centrais sobre esse capital, dificultando a reação de seus governos, como bem demonstrado, por exemplo, pela incapacidade dos EUA em impor uma valorização da moeda chinesa. Esse parece ser o principal elemento inovador na estratégia chinesa: promover o processo de industrialização tardia com capital transnacional, sob o controle do Estado chinês, atraindo-o como parceiro em seu projeto de tornar-se potência global. Colocou o próprio interesse das ETs refém de seus interesses e, por vezes, contra os interesses políticos das potências hegemônicas do sistema, levando até ao desemprego e à desindustrialização nesses países. Segundo Aglietta e Barrebi (2007), a China criou um espaço que ao mesmo tempo contribuiu para retardar a crise mundial (novo espaço para investimentos) e potencializou as contradições do capitalismo mundial que se materializariam na crise de 2008.³⁰ A estrutura industrial criada com base no próprio capital produtivo do centro inundou a Europa e os EUA com produtos manufaturados extremamente baratos. A pressão chinesa sobre os preços globais foi forte o suficiente para quebrar o poder dos oligopólios mundiais enfraquecidos no centro. Dessa forma, pensar a crise no centro passa por entender a estratégia chinesa.

Para instalarem-se na China, as multinacionais³¹ foram, por exemplo, obrigadas a dividir seu controle por meio da formação de *joint ventures*. (Buckley, Clegg & Tan, 2004, p. 36) e outros tipos de acordos com empresas chinesas, em grande parte estatais ou ex-estatais, fortemente controladas por equipes de burocratas chineses. O Governo chinês exigiu, para a instalação de empresas em setores estratégicos no seu território, a constituição de parcerias com capitais chineses como garantia de transferência de tecnologia. (Jabbour, 2006, p. 89) Elegeram setores específicos e formas diferenciadas para instalação e ordenamento da ação desse capital, por exemplo, pela constituição de Zonas Econômicas Especiais (ZEE).³² Proveu uma onda enorme de investimentos estatais em infraestrutura de energia, telecomunicações e transporte a partir de investimentos públicos. (Jabbour, 2006) De outro lado, garantiu ao grande capital que lá se instala mão-de-obra barata, relativamente bem treinada e adestrada para o trabalho, principalmente a partir do controle sobre as migrações do campo para a cidade.

De maneira interessante, trata-se de uma lógica que, apesar de todo o tipo de controle que deixaria os ideólogos neoliberais de cabelo em pé, se conjuga com o interesse do grande capital transnacional que consegue produzir com preços extremamente baixos, exportando para o mercado mundial a partir de sua realocação na

China. Ao mesmo tempo, o país garante a essas empresas o acesso ao seu mercado de mais de um bilhão de pessoas e em expansão. Estruturou, portanto, uma estratégia de atração de capitais do exterior sem perder o controle sobre seu movimento. De outro lado, criou uma estrutura acoplada de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia sob o controle desse novo capital criado na China (com forte presença de empresas estatais), meio transnacional, meio Estatal chinês.

Assim, em um contexto que poderia parecer estranho, o capital transnacional do centro achou na China um novo espaço para sua acumulação que já não encontrava oportunidades para sua ampliação no próprio centro, nem nas periferias ocupadas como a latino-americana, por conta das contradições lá criadas que resultaram das estratégias de subordinação liberal ao capital.

A China criou um mecanismo (talvez único) que lhe permitiu ao mesmo tempo atrair o capital produtivo para dentro de suas fronteiras com transferência de tecnologia, certo grau de controle sobre essa tecnologia e sobre a estrutura produtiva, subvertendo os padrões liberais de “toda liberdade ao capital”. Com essa política, buscou ter o controle sobre o capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que o ganha como aliado, parceiro na competição internacional, contraditoriamente, atuando contra os centros hegemônicos.

Com essa estratégia, a China promoveu seu crescimento econômico garantindo o controle

sobre o capital transnacional e, mais fundamentalmente, sobre a criação e o desenvolvimento de tecnologia.³³ Pode agora abandonar a base inicial de sua industrialização estruturada sobre o custo da mão-de-obra e as exportações baratas focando-se em setores de elevada tecnologia. Hoje está fortalecendo seu mercado interno – distribuindo renda – acoplando ao mercado do leste-asiático, envolvendo seus vizinhos.

Hoje o PIB chinês não está mais tão relacionado às exportações dado que seu saldo em Transações Correntes passou de 10% do PIB em 2006 para 2%, e o país continua crescendo 7,5% ao ano com taxa de investimento de 40% do PIB. Além disso, já domina mercados de média e alta tecnologias no mundo. No Brasil, entre 20% e 25% das importações de máquinas e equipamentos é proveniente da China.³⁴ Estão também invadindo o mercado argentino, tradicional comprador de manufaturados produzidos no Brasil. Segundo dados da *European Commission*, em 2003, as importações europeias provenientes da China eram responsáveis por 11% do total e chegam a 18% em 2010. O déficit europeu com a China passa de 64 bilhões de euros para 169 bilhões de euros. Em 2012, 50% do valor importado da China pela Europa refere-se a máquinas e equipamentos de transporte.

O controle sobre o capital transnacional é o elemento crucial na estratégia chinesa. Foi um processo radicalmente diferente da forma de como se deu a transferência de plantas produtivas

multinacionais que ocuparam os mercados na América Latina, sem qualquer participação direta de empresas locais ou dos governos.

Pode-se ainda acrescentar o total controle do Estado chinês sobre seu sistema bancário e financeiro, o que impede as pressões especulativas que um sistema financeiro privado atrelado ao grande capital financeiro especulativo internacional exerce sobre o crédito e a moeda local.

5. Estrutura de poder: composição ou enfrentamento?

No Brasil, apesar do fracasso do projeto neoliberal visível nos primeiros anos da década de 2000 refletido no desemprego elevado, dívida pública explosiva, déficit no balanço comercial e desindustrialização relativa, infelizmente, a mudança estrutural radical da economia brasileira já havia sido implantada pelos atores do bloco hegemônico. Os 13 anos de neoliberalismo colocaram o país em uma camisa de força estrutural. Tornou-se muito mais difícil realizar ações contrarrestantes, mesmo quando as eleições, na aparência, foram desfavoráveis ao bloco de poder constituído. O novo governo compõe (talvez até antes das eleições), coagido ou por força das circunstâncias, com o bloco de poder constituído e não contra ele. Claro, não é possível saber se poderia ter sido diferente. A capacidade de articulação política passou a ser central para qualquer ação

contrária aos interesses enraizados na estrutura de poder econômico.

A desestruturação do Estado e de seus quadros técnicos que um dia permitiram algum planejamento havia sido extremamente forte. As privatizações eliminaram o poder de intervenção produtiva na economia – de importante, restou apenas a Petrobras.³⁵ A adesão irrestrita e sem controle ao grande capital transnacional oligopolista – agora em grande parte importador de insumos, partes, peças e componentes,³⁶ que passou a ocupar também setores estratégicos de serviços como telecomunicações, energia elétrica, dentre outros – elevou seu poder de reação com elevações de preços diante de qualquer movimento de desvalorização cambial (mesmo aqueles instalados no setor de serviços dependem de receitas em moeda internacional) bem como de reação a pressões salariais por meio de políticas distributivas. Os rentistas constituídos pelos grandes bancos privados,³⁷ a elite de ex-empresários e grandes empresas nacionais ou transnacionais com caixa sobrando têm o poder de se rebelar facilmente contra qualquer tentativa de diminuição das taxas de juros ou da dívida pública que lhes dá rendimento e garante lucros financeiros,³⁸ como de fato ocorreu em 2012-13. As grandes empresas do *agribusiness* e setor mineral, fortalecidas pelos preços especulativos internacionais das *commodities* que garantiram o superávit comercial brasileiro³⁹ pelo menos até

2013 (e compensaram o crescimento da importação de partes, peças e componentes para a indústria), passaram a defender a velha lei das vantagens comparativas, ao mesmo tempo em que lançavam seus recursos financeiros excedentes no mercado rentista – portanto também não desejavam queda nas taxas de juros.

A estratégia do novo governo (2003-2010) não foi de enfrentamento, mas sim de composição com os blocos de poder. Garantiu-lhes não interferir nas variáveis relevantes antes apontadas (juros e câmbio). Ao mesmo tempo, procurou realizar políticas para retomar o crescimento econômico (a partir de 2005), distribuir renda e para diminuir a pobreza, penetrando nas brechas existentes na estrutura de poder. Tratou-se de uma operação delicada, mas que teve sucesso nos objetivos sociais bem como recolocou o país em rota de crescimento, pelo menos até 2010.

Contentando a elite rentista, o governo entregou o Banco Central a um banqueiro, antigo executivo do Banco de Boston – confiável ao mercado financeiro nacional e internacional. Praticamente manteve todo o corpo técnico da antiga equipe econômica no comando da macroeconomia, pelo menos até 2005, quando passou a atuar com foco em uma política de “metas de inflação” garantindo as taxas de juros elevadas.⁴⁰ Para satisfazer o grande capital produtivo internacional e o capital nacional – cada vez mais importador de insumos, partes, peças e componentes – deu

continuidade à política de valorização cambial,⁴¹ o que impede a recuperação da indústria interna. A garantia da abertura comercial em conjunto com a valorização cambial servia também como mecanismo de controle de preços dos oligopólios – característico no Brasil – minimizando pressões inflacionárias.⁴² As exportações de *commodities* agrícolas e minerais podiam facilmente comportar taxas de câmbio valorizadas diante dos elevados preços especulativos globais, bem como das quantidades exportadas para a China. Dessa forma, conseguiu-se acomodar interesses, pelo menos temporariamente.

De outro lado, o Governo conseguiu – a contragosto da estrutura de poder e o tempo todo por ela contestado – realizar políticas de crescimento econômico e distribuição de renda, principalmente via ação do Estado. Utilizou-se das instituições importantes que sobreviveram ao neoliberalismo,⁴³ como o conjunto de bancos estatais (BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil), que sempre foram os responsáveis pelo crédito de longo prazo ao setor produtivo privado no Brasil.⁴⁴ São esses bancos públicos que garantiram o ciclo de crescimento da década de 2000.

O BNDES foi amplamente utilizado com suas linhas de crédito de longo prazo⁴⁵ com taxas de juros bem mais baixas para indústria e agora financiando também infraestrutura,⁴⁶ mesmo sofrendo o tempo todo pressões dos rentistas, que

o acusaram de distorção alocativa e subsídios diante das chamadas “taxas de mercado” muito mais elevadas. O banco é importante fornecedor de crédito para aquisição máquinas e equipamentos fabricados no país (índice de nacionalização acima 60%), servindo como incentivo à atração de fabricantes estrangeiros para produzir internamente. Hoje todo capital transnacional instalado no Brasil beneficia-se dessa fonte barata de crédito para seus investimentos e vendas de máquinas. No crédito, também se juntaram à estratégia de crescimento a Caixa Econômica Federal, tradicional banco financiador da construção residencial civil e infraestrutura,⁴⁷ bem como o Banco Brasil, especializado em crédito agrícola.

Para puxar os investimentos em infraestrutura, o governo lançou, em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um programa centrado principalmente em obras de infraestrutura como fator dinamizador da economia e do investimento privado.⁴⁸ Grande parte dos projetos tinha parceria com o setor privado, mas com financiamento público. O enorme efeito multiplicador (calculado entre 2,5 e 3) dos investimentos em infraestrutura e construção civil sinalizou ao setor privado que o real objetivo era colocar a economia em crescimento.

De outro lado, o governo implementou uma ampla política de distribuição de renda por programas sociais bem como por uma política deliberada de elevação do salário mínimo.⁴⁹ O

crescimento do crédito também auxiliou a elevação do consumo. O próprio crescimento econômico resultante de todo o pacote de medidas contribuiu para a elevação da renda real média da sociedade (bem como a política de valorização do salário mínimo) e para uma enorme queda nas taxas de desemprego.⁵⁰

O crescimento econômico (PIB) atingiu o pico de 7,5% em 2010 sobre 2009, com uma média superior real de 4% a.a. desde 2003. Com a elevação da arrecadação decorrente, o estoque de dívida pública líquida caiu de 60% do PIB em 2000 para 35% em 2013. As taxas de inflação ficaram estáveis em torno dos 6% ao ano. O Governo conseguiu manter o superávit fiscal primário acima de 3% do PIB.⁵¹ O setor industrial (produção e o emprego) foi o menos beneficiado pelo ciclo de crescimento uma vez que havia se tornado importador: elevava-se o faturamento com baixa produção.⁵² Revelava-se o resultado da política de 20 anos de taxa de câmbio valorizada. A Balança Comercial só não foi negativa à época em função dos elevados preços internacionais das *commodities*, mas que começam a cair e mostrar a fragilidade da dependência em produtos básicos em 2013.⁵³ Assim, a questão central estava na taxa de câmbio, extremamente valorizada que se refletia no baixo crescimento da indústria.

Sustenta-se o novo ciclo de crescimento sem alterar as bases da divisão da riqueza fundada na estrutura de poder. O projeto de desenvolvimento,

apesar de o tempo todo criticado pelos economistas representantes das empresas financeiras (mesmo aqueles que dele se beneficiaram), foi levado adiante enquanto não tocou nas elevadas taxas de juros e na taxa de câmbio valorizada. Esses dois elementos são indicadores centrais: o primeiro para a distribuição da riqueza em favor dos rentistas; o segundo para a preservação da lucratividade do setor industrial, tanto nacional como transnacional, que havia se tornado importador de partes, peças e componentes para “montar” no Brasil e vender no mercado nacional e latino-americano (45% das exportações de manufaturados destinam-se à América Latina). Enquanto os preços das *commodities* mantiveram-se elevados, a desvalorização cambial não era necessária e os interesses das empresas agrário-exportadoras estavam preservados. As taxas de juros excessivamente elevadas também não foram um elemento de discórdia entre as classes de poder. Os bancos públicos garantiam o crédito de longo prazo, mas as críticas se elevaram diante da participação crescente do crédito público no mercado financeiro – passaram a acusar de crédito inflacionário.

Diante das fragilidades do modelo de crescimento apontadas, a tentativa de mudança por parte do governo que se iniciou em 2011 deu-se pela diminuição nas taxas de juros e desvalorização cambial. O dólar saiu de R\$ 1,50 para cerca de R\$ 2,00 e houve corte nos gastos públicos (principalmente o PAC, infraestrutura). Imaginava o

governo, ingenuamente (talvez com um modelo IS-LM na cabeça), que, com isso, o investimento privado reagiria modificando o eixo dinâmico da economia e os mercados financeiros seriam acalmados com o superávit fiscal garantido. Imaginava que os bancos privados quisessem de fato ocupar o espaço dos bancos públicos no crédito de longo prazo – talvez acreditando que esse fosse realmente o fundamento da crítica ao governo. Imaginava que a economia pudesse crescer pelas mãos dos grupos privados, e mais, que seria isso que o bloco de poder desejava para apoiar o governo – de alguma forma submetia-se à estrutura de poder.

Ao contrário do esperado, essas medidas sobre os juros e o câmbio levaram as elites – que mantiveram seus rendimentos com a política “*market friendly*” da década de 2000 – a quase derrubar o governo, obrigando-o a retroceder, dado que ameaçava os ganhos dos rentistas e do capital produtivo industrial, agora importador. O mote focou na expectativa inflacionária, antes de ocorrer. Passaram a anunciar todos os dias que a inflação iria elevar-se de forma explosiva ao acusar o governo de abandonar a política de “metas de inflação” manipulando os juros. O governo voltou a elevar as taxas de juros⁵⁴ e frear a desvalorização cambial.⁵⁵ A economia mergulhou em baixo crescimento, não houve elevação dos investimentos, e o corte nos gastos público agravou a situação. O governo foi acuando. Orquestrou-se assim um cenário catastrófico

para pavimentar o caminho de retorno às políticas neoliberais por completo. Pressões passaram a ocorrer sobre o BNDES, maior banco de desenvolvimento da América Latina – os bancos privados desejam se apropriar dos recursos. Pressões também sobre a Petrobras – visando talvez sua futura privatização – empresa brasileira de petróleo que descobriu enormes reservas de petróleo e tornou-se estratégica em uma possível política industrial.

6. Vencido pelo bloco de poder

A estratégia de aliança com os blocos de poder, baseada numa espécie de desenvolvimentismo associado, mostrou sua fragilidade. O capital transnacional produtivo em conjunto com o capital financeiro internacional, intermediado pelos bancos privados nacionais, mostram sua força política. O Brasil encontra-se amarrado em sua condição de nova dependência da exportação de *commodities*, sofrendo agora, como antes, um processo de desindustrialização. Perde gradativamente a possibilidade de se tornar um *player* global industrial. Como se buscou demonstrar, está muito distante de uma estratégia chinesa, deixando a questão: ainda pode ser chamado de BRICS?

Hoje cada vez mais se reinsere na economia global com primário-exportador, como já foi antes de seu processo de industrialização. A diferença é sua atual dependência em relação à

nova potência industrial, a China, como exportador de *commodities* de baixo valor agregado e importador de produtos manufaturados. O bloco de poder interno enraizado em uma estrutura de apropriação sobre a riqueza, principalmente em sua forma financeira sobre o Estado (dívida pública) impede movimentos contrários à sua atual forma de subordinação ao capitalismo global.

Bibliografia

- ABREU, M. P. "Inflação, estagnação e ruptura: 1961-64". In: _____. (Org.). *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Campus: Rio de Janeiro, 1992.
- AGLIETTA, M. & BERREBI, L. *Désordres das le capitalism mondial*. Paris: Odile Jacob, 2007.
- AGLIETTA, M. & LANDRY, Y. *La Chine vers la superpuissanc*. Paris: Economica, 2007.
- ALLEN, C. G. *A Economia japonesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ARBIX, G. & LAPLANE, M. "Estagnação, liberalização e investimento externo na América Latina". In: ARBIX, G. *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogos entre os que chegaram depois*. São Paulo: Unesp/Edusp, 2002.
- BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.
- BARROS, J. R. M. & GOLDENSTEIN, L. "Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro". *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 2 (66), abr./jun., 1997.
- BELLUZZO, L. G. "Comércio e desenvolvimento". *Folha de S. Paulo*, Caderno Dinheiro, 28/09/2003.
- BELLUZZO, L. G. & ALMEIDA, J. G. *Depois da queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BUCKLEY, P. J.; CLEGG, J.; TAN, H. "Knowledge transfer to China: Policy, lessons from foreign affiliates". *Transnational Corporations*, United Nations, v. 13, n. 1, April, 2004.

- CARDOSO DE MELLO, J. M. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, F. H. “Desenvolvimento: O mais político dos temas econômicos”. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4 (60), out./dez., 1995.
- CARDOSO, F. H. & FALETO, E. *Dependência e desenvolvimento da América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARDOSO Jr., J. C. e Gimenez, D. M. “Crescimento econômico e planejamento no Brasil (2003-2010): Evidências e possibilidades para o ciclo recente. In: CARDOSO Jr., J. C. (org.). “A reinvenção do planejamento governamental no Brasil”. *Diálogos para o desenvolvimento*, Volume 4, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, IPEA: 2011.
- CARROLL, W. K. *The Making of a transnational capitalist class: Corporate power in the 21st century*. London/New York: Zed Books, 2010.
- COMIN, A. *De volta para o futuro: Política e reestruturação industrial do complexo automobilístico nos anos 90*. São Paulo: Annablume/Cebrap/Fapesp, 1998.
- CRUZ, P. D. “Notas sobre o processo de endividamento brasileiro externo nos anos setenta”. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise*. Volume 2. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DE PAULA, L. F. R.; OREIRO, J. L. C.; BASÍLIO, F. A. C. “A estrutura do setor bancário brasileiro e o ciclo recente de expansão do crédito: O papel dos bancos públicos”. *Nova economia*, v. 23, n. 3, Belo Horizonte, set./dez., 2013.
- DOS SANTOS, T. *A teoria da dependência: Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FLORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FLORI, J. L. “Para um discurso da modernização brasileira”. In: _____ & MEDEIROS, C. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- FRANCO, G. H. B. “A inserção externa e o desenvolvimento”. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 3 (71), jul./set., 1998.
- GREENPEACE. *Comendo a Amazônia*. Greenpeace: Amsterdã, 2006.
- GONÇALVES, R. “Entrevista”. *Revista teoria e debate*, n. 52, dez., 2002 e jan./fev., 2003.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- IEDI – Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial. *Política industrial, empresa nacional, e mercado interno*. São Paulo: IEDI, 2000.
- JABBOUR, E. *China: Infraestrutura e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- KAPLAN, M. T. *Formação do Estado nacional*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LACERDA, A. C. *Globalização e investimento estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LESSA, C. & DAIN, S. “Capitalismo associado: Algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento”. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise*. Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. “Structural change and economic development: Is Brazil catching up or falling behind?” ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XL, 2012, Ipojuca. *Anais do XL Encontro Nacional de Economia*. Ipojuca: ANPEC, 2002. Disponível em http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_1/i5-48fe7119f733e6f-34879131d9ec5ae92.pdf.
- OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ORENSTEIN, L. & SOCHACZEWSKI, A. C. “Democracia com desenvolvimento: 1956-1961”. In: Abreu, M. P. *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- POSSAS, M. L. “Empresas multinacionais e industrialização no Brasil”. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise*. Volume 2. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PORTER, M. E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SAWAYA, R. *Subordinação consentida: Capital multinacional no processo de acumulação do Brasil e América Latina*. São Paulo: Annablume, 2006.

SAWAYA, R. "China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial, em III Seminário sobre Pesquisas em Relações Internacionais". *Textos Acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SCHOULTZ, L. *Estados Unidos: Poder e submissão, uma história da política Norte-Americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, Bauru-SP, 1999.

SINGER, P. *A crise do Milagre: Interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SNOWDON, B. & VANE, H. R. *Modern macroeconomics: Its origins, development and current state*. Cheltenham, UK/Northampton, USA: Edward Elgar, 2005.

SOBRATEMA. *Estudo Sobratema do mercado brasileiro de equipamentos para construção*, 7ª edição, 2013.

STIGLITZ, J. E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TAVARES, M. C. & ASSIS, J. C. *O grande salto para o caos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TRASPADINI, R. *Teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

UNCTAD. *Cross-border mergers and acquisitions and development*. New York/Geneve: United Nations, World Development Report, 2000.

UNCTAD. *FDI policies for development: National and international perspectives*. New York/Geneve: United Nations, World Development Report, 2003.

VALOR ECONÔMICO. "China lidera importação de máquinas pelo Brasil". *Valor Econômico*, 28/03/2014a.

VALOR ECONÔMICO. "Participação dos estrangeiros na dívida interna marca novo recorde". *Valor Econômico*, 25/09/2014b.

WEI, S.-J. "The Chinese approach to capital inflows: Patterns and possible explanations". *IMF Working Paper*, abril/2005.

ZIHILE, W. "Foreign acquisition in China: Threat or security?" *China Security*, World Security Institute, v. 3, n. 2, pp. 86-98, 2007.

Notas

1 Apenas nos anos 70 o PIB industrial supera o agrícola.

2 Foi essa estratégia que tornou "o país uma das economias periféricas eleitas pelos blocos de capital [mundiais] em uma fase de acirrada competição [entre os capitais no mundo], como zona de migração de novas filiais". (Lessa & Dain, 1982, p. 225) Veja também Oliveira (1977, p. 83) e Possas (1983, p. 19).

3 Ver (Tavares, 1982: p. 186).

4 Ver (Schoutz, 1999, p. 397).

5 O Brasil estava dentro da estratégia das grandes empresas transnacionais em sua ocupação dos mercados Latino-americanos. "[...] não há dúvida de que o desenvolvimento econômico brasileiro, depois de 1964, foi deliberadamente orientado no sentido de aproveitar as oportunidades que a nova estratégia mundial das multinacionais oferecia ao país [...] [que servia como] 'entrepoto industrial' para várias multinacionais, por exemplo, penetrarem com mais facilidade nos mercados dos países da Associação Latino-Americana [...]". (Singer, 1985, p. 92)

6 O endividamento externo, a crise do petróleo e a elevação dos juros internacionais geraram uma crise no Balanço de Pagamentos que foi resolvida com maxidesvalorizações da moeda nacional frente ao dólar que, diante do elevado grau de poder do capital oligopolizado, criaram enormes taxas de inflação na década de 1980.

7 Baseia-se na ideia de submeter-se ao "mercado", ao movimento do capital, "à dinâmica dos interesses das economias desenvolvidas" como já afirmava o futuro presidente que lideraria as reformas neoliberais no Brasil. (Cardoso & Faletto, 1981, p. 26) Veja também Traspadini (1999).

8 Ver (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 128-135).

9 Durante os anos 1980 e 1990, foram pontuais os anos em que o Estado não teve superávit operacional. Os déficits foram elevados em função das taxas de juros elevadas.

10 No início dos anos 90, a dívida pública federal atingia 50% do total de ativos financeiros. (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 192)

11 “O ajustamento permitiu que o setor empresarial em seu conjunto assumisse um comportamento rentista e patrimonialista”. (Belluzzo e Almeida, 2002, p. 120) “A dívida pública passou então a ser a base da renda bancária: na intermediação do ‘dinheiro financeiro’ (que substitui a função bancária da intermediação financeira) e na absorção do imposto inflacionário”. (*ibidem*, p. 154)

12 Gustavo Franco (Harvard), Pedro Malan (Berkeley), Edmar Bacha (Yale), Pércio Arida (MIT), Lara Resende (MIT).

13 Nos anos 90 “[...] as elites políticas conservadoras e as principais lideranças empresariais brasileiras aderiram entusiasticamente às teses e às políticas que o Economista norte-americano John Willianson chamou, em 1989, Consenso de Washington [...] Os três governos eleitos durante a década [no Brasil] sustentaram-se numa coalizão de forças de centro-direita que reuniu praticamente todos os setores da burguesia e das oligarquias regionais de poder que haviam apoiado os governos desenvolvimentistas[...]”. Foi isso que tornou possível levar “a frente um projeto radical de transnacionalização da economia brasileira [...]”, (Fiori, 2001, p. 283) embora não se deva também esquecer, isso só foi possível pelas “[...] condições econômicas e políticas internacionais que facilitaram a formação, o sucesso econômico transitório e a vitória eleitoral [dessas] forças de centro-direita [...]”. (*ibidem*, p. 286).

14 Os termos entre aspas aqui são tradicionais e encontrados em qualquer livro de Introdução à Economia, por isso não são acompanhados das respectivas fontes.

15 Essa ideia está bem sintetizada em Snowdon e Vane (2005, p. 605): “No modelo de Solow, o MPK deve ser mais elevado nas economias em desenvolvimento comparadas com as economias desenvolvidas. Em uma economia aberta sem restrições à mobilidade de capital, devemos, portanto, esperar, *coeteris paribus*, um fluxo de capital dos países ricos para os países pobres, atraídos por mais altas taxas de retorno, acelerando assim o processo de acumulação de capital”.

16 O grande capital transnacional eleva as importações de partes, peças e componentes que antes eram aqui fabricados por empresas nacionais “satélites”. Ocorre também um processo de modernização de algumas ETs que estrategicamente aqui se fortalecem (automobilística; máquinas da construção pesada).

17 Desde o estabelecimento da “fixação” da âncora cambial, o déficit comercial atingiu US\$ 3,4 bilhões já em 1995 e chega a US\$ 7,3 bilhões em 1998, antes da maxidesvalorização forçada da moeda nacional de 1999.

18 Sem contar o ano de 1995, em que a taxa básica (Banco Central) de juros foi de 53,38%, a média entre 1996-2000 foi de 28,2% a.a., segundo dados do Banco Central do Brasil. Cf.: www.bcb.gov.br.

19 Em valores nominais, a dívida pública total passa de algo em torno de R\$ 150 bilhões em 1995 para R\$ 780 bilhões em 2002 e R\$ 913 bilhões em 2003 (56% do PIB), segundo dados do Banco Central do Brasil. Cf.: www.bcb.gov.br.

20 “O sucesso brasileiro na atração de investimentos estrangeiros não se traduziu em crescimento porque a maior parte desses investimentos não foi destinada à construção de nova capacidade produtiva [...] mas sim à aquisição de ativos já existentes (transferência de propriedade)”. (Arbix e Laplane, 2002, p. 86) No acumulado entre 1993 e 1998, Arbix e Laplane apontam que quase 70% do investimento direto que se destinou ao Brasil veio para operações de fusões e aquisições. (*ibidem*) Dados do IEDI também apontam no mesmo sentido quanto à predominância do investimento direto estrangeiro para o mesmo fim: em 1991, de US\$ 730 milhões em IDE, 13,7% foram destinados à fusões e aquisições. Em 1994, esse percentual salta para 24,3% e alcança 74% em 1998. (IEDI, 2000, p. 9)

21 Entre 1995 e 2000, as importações intrafirmas (entre matriz e filial) das empresas multinacionais cresce 91%. No setor secundário, 56% do total de importações é realizado no comércio intrafirmas. (Lacerda, 2004, p. 109-110) Acrescente-se a isso que a maior parte da importação de veículos, por exemplo, foi realizada pelas próprias montadoras com fábricas no Brasil. (Comin, 1998, p. 139)

22 As tarifas médias sobre importações caem de 40% no final dos anos 1980 para 13% em 1995 (Ministério da Fazenda). Sobem para 18% em 1998 em razão do déficit comercial crescente.

23 Para demonstrar a diversificação, dados do IEDI apontam que os investimentos estrangeiros em fusões e aquisições de empresas privadas nacionais estão concentrados nos setores farmacêutico, higiene e limpeza, eletroeletrônica, química, alimentar, autopeças e comércio varejista. (IEDI, 2000, p. 11)

24 “Após apresentar extraordinário desempenho ao longo dos anos 1970 (uma taxa média de crescimento anual de 37,1%), os bem manufaturados apresentaram performance relativamente pobre no período 2000-2010 (um crescimento médio de 10,2% a.a.) em relação a outros grupos [de produtos]. Os produtos básicos, especialmente, mostraram uma extraordinária taxa média de crescimento anual no mesmo período (20,3%). Os anos 1990 apresentaram a pior fase para as exportações brasileiras, dado que todos os grupos apresentaram taxas médias de crescimento anuais de exportação negativas. (Nassif; Feijó; Araújo, 2012)

25 O Brasil encara uma “queda dramática no valor adicionado total do setor manufatureiro desde os anos 1980 (de 31,3% para 14,6% em 2010). [...] O gap tecnológico do setor manufatureiro como um todo elevou-se de tal maneira e ritmo desde o final dos anos 1990 que o nível registrado em 2008 foi suficiente para se chegar à conclusão de que a economia brasileira apresentou sinais de desindustrialização precoce retrocedendo em termos de tendência de longo prazo”. (Nassif; Feijó; Araújo, 2012)

26 Em termos simples, no período de elevada inflação dos anos 1980, o título público virou “moeda” e a taxa de juros sobre ele tornou-se praticamente a taxa de inflação em uma espiral crescente.

27 Ver (Zihile, 2007).

28 Ver (Allen, 1983).

29 Ver também (Buckley, Clegg & Tan, 2004, p. 32-36). Shang-Jin Wei (2005) traz em seu anexo a evolução das políticas chinesas no processo de atração do capital multinacional para dentro de suas fronteiras via investimento direto estrangeiro.

30 Esse tema foi aprofundado em Sawaya (2011).

31 Segundo estimativas, 416 das 500 maiores empresas do mundo possuem instalações na China. (Jabbour, 2006, p. 41)

32 Ver Aglietta e Berrebi (2007, p. 270-271), que detalham as estratégias.

33 “A inovação tecnológica é considerada pelas autoridades chinesas como uma fundamental necessidade para alcançar o desenvolvimento econômico do país”. (Aglietta e Landry, 2007, p. 37)

34 Segundo a Abimaq – Associação Brasileira de Fabricantes de Máquinas. Cf.: (Valor Econômico, 2014a).

35 Se tivessem conseguido privatizar também a Petrobras, todo o valor adicionado à empresa, bem como as elevadas reservas de petróleo por ela encontradas, seriam hoje controladas por ETs.

36 Em 2013, no Brasil, 23,7% dos insumos industriais são importados, com destaque para componentes eletrônicos, partes e peças de veículos, metalúrgicos não ferrosos, resinas e fibras sintéticas. (Fiesp, coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação).

37 No ano 2000 os 5 maiores bancos concentravam 50% dos ativos financeiros do sistema e os 10 maiores, 62%; em 2013, os 5 maiores passaram para 67,7% e os 10 maiores para 77,8%, demonstrando o grau de concentração bancária no Brasil, segundo dados do Banco Central do Brasil. Cf.: www.bcb.gov.br.

38 Em 2013, as instituições financeiras detinham 30,2% e os Fundos institucionais 21,7% da dívida pública em mercado respectivamente. Investidores estrangeiros possuíam 16,1%, segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/269444/RAD_2013/2c2eb197-3c83-4c90-9fc1-96ae42bb6766. Segundo dados mais recentes, a dívida mobiliária federal interna em mãos de estrangeiros atingiu 18,5% em julho/2014. (Valor Econômico, 2014b)

39 Em 2013, os produtos básicos respondiam por 55% das exportações. Segundo relatório do Greenpeace (2006), em 2006, a ADM (antiga Archer Daniels Midland) e a Bunge e Cargill, juntas, negociam cerca de 60% das exportações do complexo soja e esmagam 60% dos grãos para o mercado interno.

40 A taxa básica de juros real média entre 2002 e 2006 (1º mandato do novo governo), apesar de inferior às dos anos 90, permanece na casa de 11% a.a. A partir de 2007, a taxa real média de juros básica passa de 7,5% a.a. para 5,3% a.a. em 2011. A forte redução só viria em 2012-13 e levaria os rentistas a quase derrubar o Governo quando a taxa real atingiu 2,5% a.a.

41 A taxa de câmbio real valoriza-se em termos reais em cerca de 25% entre 2002 e 2013, ou 2,7% a.a. Apenas em 2013 o governo inicia tentativas de desvalorização para tentar reverter o déficit estrutural do Balanço de Transações Correntes que surge com a queda nos preços das *commodities* e da crise na Argentina. Dada a estrutura oligopolista importadora, as pressões inflacionárias começam a aparecer e só não se tornam reais pelo baixo crescimento econômico que se apresenta desde 2011.

42 As taxas de inflação se mantiveram dentro da meta pela primeira vez desde a adoção da política de “metas de inflação” (1999) durante todo o período 2002-13.

43 Nos anos 90 foram extintos ou privatizados quase todos os bancos estaduais, tanto comerciais como de desenvolvimento, que funcionavam em todos os estados da federação importantes.

44 Ver (De Paula, Oreiro & Basílio, 2013).

45 Se até o ano 2000 os desembolsos do Banco alcançavam R\$ 20 bilhões por ano, em 2013 alcançam quase R\$ 200 bilhões. Fonte: BNDES, série Desembolso Mensal, divulgado no menu Relações com Investidores / Estatísticas Operacionais / Setor CNAE do site da instituição – <http://www.bndes.gov.br>.

46 Vale ainda destacar o crescimento de 7 vezes no valor do crédito do banco à infraestrutura. Os desembolsos com energia, transporte, saneamento e telecomunicações passaram de R\$ 7,7 bilhões em 2000 para R\$ 52,8 bilhões em 2013 (BNDES). As vendas de máquinas para movimentação de terra fabricadas por ETs no Brasil cresceram de 5 mil unidades/ano em 2004 para 33 mil em 2013. (Sobratema, 2013)

47 O volume de lançamentos de imóveis residenciais novos eleva-se em mais de 120% entre 2004 e 2011, seu ápice. Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da construção-CBIC, menu Banco de Dados / Mercado imobiliário (tomando 8 grandes capitais como amostra) do site da instituição – <http://www.cbic.org.br/>.

48 Desde 2007, o PAC proporcionou investimentos em infraestrutura e moradia popular em valores de alcançaram R\$ 170 bilhões em média por ano – investimentos públicos e privados. (Sobratema, 2013)

49 Ver (Cardoso Jr e Gimenez, 2011).

50 A taxa de desemprego cai de 12,4% em 2003 para 5,4% em 2013, em grande parte devido ao setor serviços, dado o baixo crescimento industrial, de acordo com o IBGE (www.ibge.gov.br).

51 As fontes básicas dos dados são as séries divulgadas pelo IBGE e pelo Banco Central do Brasil em seus respectivos sites <http://www.ibge.gov.br/home/> e www.bcb.gov.br.

52 Enquanto as importações crescem 5 vezes, o índice da produção industrial cresce 28% entre 2002 e 2013. Fonte: IBGE, Tabela 3653 (Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais), divulgada no site da instituição – www.ibge.gov.br. Em valor as importações passaram de US\$ 47,2 bilhões em 2002 para US\$ 181,7 bilhões em 2010 e US\$ 239 bilhões em 2013. Fonte: Bacen – www.bcb.gov.br.

53 A pauta de exportações brasileiras é composta por 55% em produtos básicos, sendo 9% petróleo/derivados, 14% minérios e 32% alimentos (destaque para soja); 20% das exportações destina-se à China, quase que totalmente composta de produtos básicos. Das exportações de manufaturados, 45% destina-se à América Latina, 17% à Europa e 15% aos EUA. Fonte: MDIC, informações divulgadas no menu Comércio Exterior / Estatísticas de Comércio Exterior / DEAEEX – Balança Comercial Brasileira no site da instituição – <http://www.mdic.gov.br/sitio>.

54 Os fundos e os bancos recuperaram sua rentabilidade.

55 De fato, diante da estrutura produtiva nacional atual, cria pressões de custos que facilmente são repassados aos preços.